



SAÚDE PÚBLICA

Dia D tenta conter avanço da dengue

Campanha do governo federal pretende se antecipar à explosão de infecções a partir da chegada do verão

» CAMILA CURADO

O Ministério da Saúde promove, hoje, o Dia D contra a Dengue, uma iniciativa que pretende conscientizar a população da necessidade de ações preventivas para evitar a disseminação do aedes aegypti, que além da dengue, é vetor de transmissão dos vírus da zika e da chikungunya. Serão realizadas ações educativas, mutirões de limpeza e atividades de conscientização. Agentes comunitários de saúde e de combate a endemias vão orientar as famílias sobre a eliminação dos focos do mosquito.

O lema da campanha é “Tem sintomas? A hora de ficar atento à dengue, zika e chikungunya é agora”. Neste ano, foram contabilizados, até agora, aproximadamente 7 milhões de casos e quase 5 mil mortes por dengue contra cerca de 1,1 mil óbitos pelo vírus, em 2023, segundo dados do Ministério da Saúde. Até o fim deste ano, calcula-se que o Brasil terá ultrapassado a marca histórica de 6,6 milhões de pessoas com suspeita de dengue. Em março, quase 2 milhões de notificações superaram o recorde da série histórica de medições — que começou a ser coletada em 2000 —, segundo o Painel de Monitoramento das Arboviroses da pasta.

O governo federal está investindo R\$ 1,5 bilhão neste novo ciclo, que é marcado pelo início do verão, que começa dia 21. O aumento das temperaturas e da umidade nas cidades são fatores que contribuem para a transmissão do vírus da dengue.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Equipes vão a campo para conscientizar a população a tomar medidas que evitem a proliferação do mosquito

Além disso, de acordo com o relatório do plano de ação do governo federal, a alta densidade populacional, deficiências na coleta do lixo urbano e na distribuição regular de água para consumo também influenciam nas estatísticas. O Ministério da Saúde inclui entre os fatores de

proliferação do mosquito e de avanço da doença a intensificação dos impactos das mudanças climáticas.

“Tem várias regiões com a transmissão [do vírus] bem elevada. Há áreas com alta transmissão de chikungunya no Mato Grosso, em Minas Gerais e em

São Paulo, e isso também é uma outra preocupação. O aedes está em praticamente todos os municípios, e com níveis de infestação suficientes para causar epidemias”, adverte o epidemiologista e professor André Ribas Freitas, da Faculdade São Leopoldo Mandic, de Campinas (SP).

5 MIL

pessoas morreram de dengue este ano. A expectativa é de que o número de casos possa chegar a 6,6 mil até 31 de dezembro

Prevenção

Contra a dengue, o principal é desfazer os reservatórios de água parada, ambiente que facilita a reprodução do mosquito. O Ministério da Saúde orienta virar garrafas e recipientes vazios com a boca para baixo, em especial se esses objetos estiverem ao ar livre, pois acumulam água da chuva.

Outras medidas importantes são: tampar caixas d'água, tambores e cisternas; limpar e trocar regularmente a água de vasos de plantas e pratos; e manter o quintal limpo. Remover de entulhos em terrenos baldios e em áreas externas, descartar o lixo corretamente e adicionar areia em pratos plantas também contribuem para impedir a proliferação do mosquito.

A campanha alerta, também, para os sintomas da dengue: febre, dores atrás dos olhos e manchas vermelhas no corpo. Recomenda-se não se tomar analgésicos para não mascarar a doença e procurar imediatamente as Unidades Básicas de Saúde.

PLATAFORMAS DIGITAIS

Canais promovem misoginia livremente, mostra relatório

» GABRIELLA BRAZ

Um relatório do Ministério das Mulheres, em parceria com o NetLab — laboratório de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) —, denuncia como influenciadores digitais disseminam conteúdo misógino e ainda vendem “cursos” e “mentorias” sobre “desenvolvimento masculino”. Intitulado *Aprenda a evitar este tipo de mulher: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube*, e apresentado ontem, a pesquisa levantou mais de 76,3 mil vídeos, de 7.812 canais, que, juntos, somam 4,1 bilhões de visualizações e 23 milhões de comentários. A maior parte (88%) desse conteúdo foi publicada nos últimos três anos. Os dados foram reunidos a partir de 2018.

“Daqui está se gerando uma gama de ódio que se espalha por toda a sociedade brasileira. Precisamos do mínimo de regulamentação [das plataformas digitais] para fazer algo concreto”, destacou a ministra Cida Gonçalves, das Mulheres, sobre o conteúdo coletado via análise dos vídeos. A ministra Igualdade Racial, Anielle Franco, participou do lançamento do relatório.

Entre frases comuns nos vídeos, estão incentivos à violência psicológica — como “destrua o ego dela” e “com essas dicas, você acaba com a autoestima de qualquer mulher”. Também são

frequentes os questionamentos aos direitos conquistados pelas mulheres e o discurso de vitimização dos homens — como “leis misândricas, homens injustiçados” e “a verdade oculta por trás da Lei Maria da Penha”.

“Estamos tendo um processo de naturalização de algo que não é natural, que é a violência contra as mulheres”, reforçou Cida.

Um fator que chamou a atenção das pesquisadoras é como os influenciadores utilizam a própria imagem para propagar a misoginia e o discurso do ódio contra as mulheres. “Isso é interessante, porque quando observamos os discursos de ódio, no geral, se vê o uso do anonimato. Mas isso não aparece nesses casos”, destaca Marie Santini, diretora da equipe de pesquisa. Um dos fatores apontados para isso é a crença na impunidade de quem divulga tal conteúdo.

Monetização

Outra etapa da pesquisa analisou qualitativamente 137 canais com discursos misóginos. Desses, pelo menos 80% usavam alguma ferramenta de monetização. Tais perfis tinham, em média, 152 mil inscritos e, juntos, somaram 3,9 bilhões de visualizações.

O estudo mostrou, ainda, como a propagação dos discursos de ódio pode ser lucrativa para os influenciadores. Além de faturar

Valter Campanato/Agência Brasil



Está se gerando uma gama de ódio que se espalha por toda a sociedade. Precisamos do mínimo de regulamentação [das plataformas] para fazer algo”

Ministra Cida Gonçalves, das Mulheres

com ferramentas de monetização, os criadores de conteúdo investem em “cursos”, e-books e “mentorias” que podem custar até R\$ 1 mil.

“Me impacta saber que as pessoas estão ganhando dinheiro com isso. Quantas vezes a gente [do governo federal] lançou conteúdos que não chegaram a essas

visualizações”, lamentou Anielle. A estratégia, como mostra o estudo, é atrair homens que atribuem a culpa das frustrações pessoais às mulheres. “Outro aspecto que chama atenção é a perspectiva conspiratória. Cria-se um inimigo oculto. As mulheres que defendem os próprios

direitos são o inimigo e eles precisam se defender dessa opressão”, observa a coordenadora da pesquisa, Luciane Belin.

Procurado para se manifestar sobre o conteúdo do relatório, o YouTube afirmou que está analisando a pesquisa para emitir alguma posição.

Me impacta saber que as pessoas estão ganhando dinheiro com isso. Quantas vezes a gente [do governo federal] lançou conteúdos que não chegaram a essas visualizações”

Ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial

direitos são o inimigo e eles precisam se defender dessa opressão”, observa a coordenadora da pesquisa, Luciane Belin.

Procurado para se manifestar sobre o conteúdo do relatório, o YouTube afirmou que está analisando a pesquisa para emitir alguma posição.

SOCIEDADE

PL rivaliza com PEC do governo para a segurança

» JÚLIA PORTELA

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que cria uma associação entre as unidades da Federação e o governo federal para o combate ao crime organizado transnacional. Porém, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a matéria, além de inconstitucional, é uma resposta de parlamentares de extrema-direita à proposta do governo federal para a segurança pública — que é rejeitada pelos governadores adversários do Palácio do Planalto, porém está parada na Casa Civil da Presidência da República.

O texto é de autoria dos deputados Alfredo Gaspar (União-AL) e Alberto Fraga (PL-DF) e passou por 280 x 78. O texto segue para o Senado, mas, nos bastidores, o governo já se mobiliza para que não siga adiante. Caso não seja derrubado ou engavetado na revisão pelos senadores, será contestado pela Advocacia-Geral da União (AGU) no Supremo Tribunal federal (STF).

Segundo o projeto, a intenção é criar uma associação reunindo o governo federal e os governos estaduais, mais o do Distrito Federal, de forma facultativa, para atuar coordenadamente contra os crimes praticados por facções criminosas. Para Alberto Fraga, “o projeto é bom para o país e é bom para que o Ministério Público tenha um instrumento para combater as organizações criminosas transnacionais”.

Mas, segundo a deputada Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), a Polícia Federal (PF) tem plenas condições de combater o crime transnacional. “Pela primeira vez na história, a Polícia Federal brasileira indicou o secretário-geral da Interpol [o delegado federal Valdecy Urquiza], justamente mostrando a nossa capacidade para combater esse tipo de criminalidade internacional. Propor armar a população é o contrário de política pública de segurança”, explicou.

De acordo com o PL, quem promove, participa ou financia uma facção terá pena de reclusão de oito a 20 anos e fixa pena de prisão de 15 a 40 anos para os chefes de organizações transnacionais.

Ainda segundo o projeto, os policiais infiltrados terão uma espécie de proteção jurídica por meio da Regra de Isenção da Providência Antecipada (Ripa) — “consiste na proteção jurídica concedida às operações e aos agentes públicos que, no curso das ações de segurança pública ou de inteligência para enfrentamento ao crime organizado, dispensa-os de tomar medidas imediatas em relação a infrações penais que testemunham ou das quais tomam conhecimento, e que exclui a ilicitude das certas condutas, eventualmente praticadas em função da operação”.

O PL também prevê a criação de alas específicas para colaboradores, em presídios federais, e benefícios para as “colaborações por arrependimento” — quando delatores permanecessem nas organizações criminosas enquanto fornecem dados. “Para ter acesso aos benefícios previstos ao colaborador por arrependimento, é necessário seguir ativo na organização criminosa, segundo planejamento a ser a ser definido pelas autoridades”, define o PL.

A lista de benefícios a quem aderir à colaboração por arrependimento inclui, também início da pena no regime semiaberto e exclusão da ilicitude para crimes cometidos durante a colaboração.